

União ignora Carta e dá 2% para educação

Marcos Magalhães

A destinação de apenas 2% de sua receita líquida de impostos à universalização do ensino básico e ao combate do analfabetismo — contra os 9% previstos em lei — deverá levar a União a responder a um processo por inconstitucionalidade. Já se encontra na Procuradoria-Geral da República uma proposta de ação assinada pelo deputado Osvaldo Coelho (PMDB-PE), com dados oficialmente oferecidos pela assessoria técnica da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Segundo nota técnica elaborada pela equipe da comissão, o montante de recursos destinado às duas finalidades reduz-se, nesse ano, a Cr\$ 151,4 bilhões, uma vez computadas apenas as alocações para o ensino fundamental — abrangidas as relativas ao combate ao analfabetismo e ao ensino supletivo — custeadas com recursos decorrentes da vinculação de impostos ao ensino.

“Os montantes alocados no pro-

grama de ensino fundamental expressam uma representatividade pouco compatível com a prioridade que vem sendo atribuída a esta área nos discursos oficiais e no Plano Plurianual”, afirma a nota técnica elaborada pela equipe de assessores da comissão.

O documento lembra que a União está obrigada, pelo Artigo 212 da Constituição, a aplicar pelo menos 18% de sua receita de impostos — deduzidas as transferências compulsórias aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios — na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Desse total, de acordo com o Artigo 60 das Disposições Transitórias, pelo menos 50% deveriam ser dirigidos à eliminação do analfabetismo e à universalização do ensino fundamental, de 1988 a 1998.

Redução

O Orçamento da União para 1991 assegura, de fato, Cr\$ 1,5 trilhão à educação, cifra compatível com a norma constitucional. Nos quadros de detalhamento de despesas (QDD) que constam de portaria

assinada pela ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, os números começam a cair. Ao invés dos Cr\$ 1,5 trilhão, ali constam apenas Cr\$ 1,4 trilhão, valor 8% menor do que o anterior.

A nota técnica da Comissão afirma, por outro lado, que deveriam ser excluídas do total destinado à educação básica itens como o programa de apoio aos esportes — com Cr\$ 166,3 milhões — e o incentivo a atividades culturais do programa de assistência financeira a entidades educacionais e culturais, cuja dotação é de Cr\$ 7,8 bilhões. Além disso, o documento assegura que não podem ser caracterizados neste caso as atividades de pesquisa não vinculadas ao ensino, com verbas previstas de Cr\$ 11,2 bilhões.

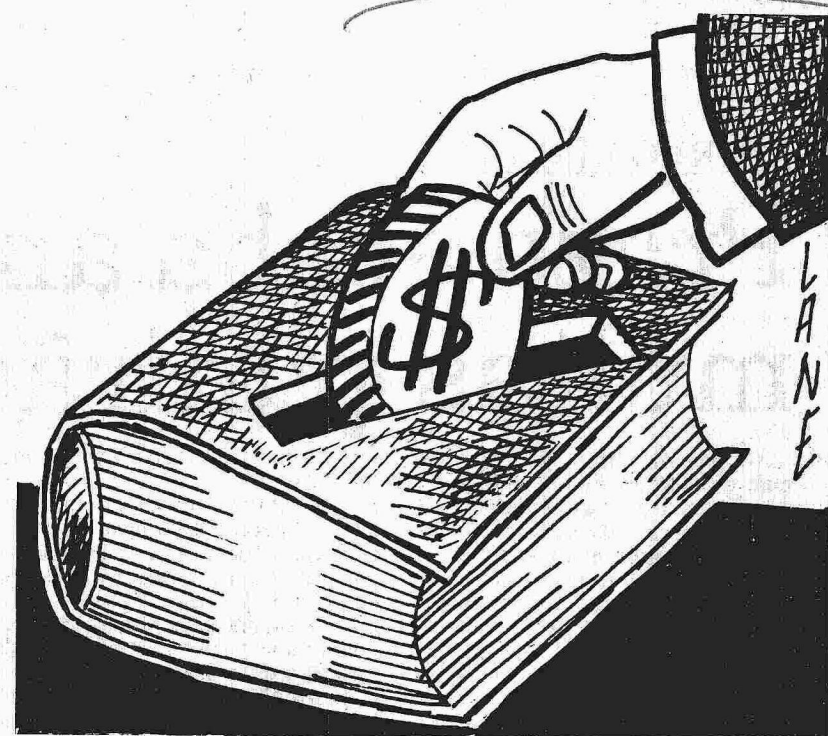
No Orçamento da União para esse ano, as rubricas de ensino fundamental, ensino supletivo e educação especial somam Cr\$ 600,4 bilhões. Ainda que todos os recursos para atender a essas despesas fossem provenientes de impostos, o que o documento afirma não cor-

responder à realidade, apenas 42% da receita líquida da União se encontrariam alocados aos dois objetivos do artigo 60 das Disposições Transitórias.

Transferência

A nota técnica lembra, porém, que 48,2% dos recursos do programa representam a transferência das cotas do salário educação para os estados e o Distrito Federal. “Deduzida essa parcela, por não constituir receita pertencente à União, a alocação de recursos do Tesouro em ações ligadas ao ensino fundamental se reduz a 3,97% da receita líquida de impostos da União”, atesta o documento.

A equipe da comissão vai mais longe. Se forem computadas apenas as alocações para o ensino fundamental — abrangidas as relativas ao combate ao analfabetismo e ao ensino supletivo — custeadas com recursos decorrentes da vinculação de impostos ao ensino, o seu montante se reduz a Cr\$ 151,4 bilhões, valor que corresponde a menos de 2% da receita líquida de impostos.



Italianos lêem mais jornais e revistas, e franceses os livros

Roma — Os italianos lêem mais jornais e revistas, os franceses mais livros, enquanto os espanhóis são os campeões do videocassete, segundo uma pesquisa comparativa dos consumos nos três países realizada pelo prestigiado instituto de pesquisas italiano Censis.

Graças a uma enquête realizada nos países e divulgada, sexta-feira, o Censis conseguiu comprovar que em matéria de alimentação, os espanhóis (35% dos entrevistados) como os italianos (22%) fazem suas compras de alimentos todos os dias, segundo as

necessidades, enquanto os franceses preferem não perder tempo nas filas cotidianas e fazer uma compra periódica no supermercado (54%). Mas enquanto os franceses e os espanhóis ficam mais atentos aos preços, o italiano prefere a qualidade, indicou um comunicado do Censis com os resultados da pesquisa.

A porcentagem de espanhóis que lê um jornal é a mais alta dos três países (64%). Mas os italianos vencem se se trata de ler mais de uma revista (45%) e mais de um semanário (25%). Ao contrário, os franceses aparecem co-

mo o povo mais leitor de livros (68% deles compram romances ou livros de poesia contra 42% dos italianos e 36% dos espanhóis) e tão amante de rádio como o espanhol, já que 97% deles adquiriram um ultimamente (contra 90% dos italianos).

Enquanto em matéria de compra de televisão as porcentagens são similares (em torno de 97%), os espanhóis aparecem como fanáticos pelo videocassete, 43% dos entrevistados possuem um (contra 24% dos italianos e 35% dos franceses).